

A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Hananiel de Souza Amorim Souza Amorim¹

RESUMO

Este trabalho analisa a implantação dos grupos escolares no Brasil durante o período de 1908-1930. De forma mais específica, investiga a relação entre Higiene e os grupos escolares, tomando por base, a experiência dessas instituições nos estados de Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os grupos escolares integraram o projeto educacional da República no Brasil. Dessa maneira, buscamos identificar como se deu a implantação desses grupos escolares que foram criados para serem instituições de referência, que deveriam colocar em prática a edificação de um prédio escolar próprio, o uso de materiais didáticos, de uma metodologia de ensino inovadora, mobiliário escolar adequado, entre outros aspectos que marcaram os grupos. A essas características acrescentam-se as orientações dos preceitos de Higiene. Os objetivos dessa investigação pretendem desvendar quais os fatores que constituíam esse novo modelo de escola primária e em que consistiam; também qual a necessidade da edificação de um prédio escolar próprio e quais as orientações higienistas feitas quanto à construção do prédio e do ambiente escolar como um todo. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica que nos possibilitou o mapeamento de diferentes fontes de pesquisa tendo em vista a análise de diferentes aspectos relativos a implantação, bem como, o cotidiano dos grupos escolares, nos quais foram evidenciadas ações de caráter higienistas. Para essa investigação nos detemos ao estudo das mensagens de governadores e legislação do período. Por meio deste trabalho, pretendemos evidenciar que os grupos foram uma forma de consagrar a escola primária nas primeiras décadas do século XX a partir da introdução de recursos didáticos inovadores, de mobília adequada, de uma metodologia de ensino moderna e entre outros materiais e ações que eram considerados importantes para o bom e efetivo desempenho do ensino primário público daquele período no Brasil.

Palavras-chave: História da educação. Higiene. Grupos Escolares. Brasil.

ABSTRACT

This article analyzes implantation of school groups in Brazil during period of 1908-1930. In a specific way searching the relation between hygiene and school groups, based on an experience of these institution in states of Sergipe, Paraíba and Rio Grande do Norte. The school groups made part of the educational Project of

¹ Licenciado e bacharel em História pela UFRN, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, na Linha de Pesquisa História da Educação, Práticas Sócio Educativas e Uso das Linguagens. E-mail: hananielamorim@hotmail.com.

Republic in Brazil. This way, we search for identify how happened the implantation of those school groups that were made to be reference institutions which should put in practice the construction of a school building, the use of teaching ways, of a new teaching method, school furniture proper, between other facts which marked the groups. To these characteristics we can and some orientations of hygiene precepts. The goals of this search intend to shaw which facts made parto f this new modelo f primary school and what made them; what is this necessity to construction a school environment. The method used on this study was bibliographic search which made us able to map the different search sources in view of the analyze of different aspects related to implantation, as well, the routine of school groups, in which hygienist characteractions were made. For this search we focused to governors messagens and legislation of the period. In this research, we intend to evidence the groups were a way to dedicate primary school on first decades of century XX from the introduction of innvative teaching resources, proper furniture, a modern teaching method and betweeen other materials and effective performance of public primary education in that perod of Brazil.

Keywords: History of educacion .Hygiene. School Groups. Brazil

1. A INTRODUÇÃO DE UMA NOVA MODALIDADE DE ENSINO

Este trabalho analisa a implantação dos grupos escolares no Brasil durante o período de 1907-1930. De forma mais específica, investiga a relação entre Higiene e os grupos escolares, tomando por base, a experiência dos grupos escolares de Sergipe, Paraíba e, especialmente, os do Rio Grande do Norte. Os grupos escolares integraram o projeto educacional da República no Brasil. Buscamos identificar como se deu a implantação desses grupos escolares que foram criados para serem instituições de referência, que deveriam colocar em prática a edificação de um prédio escolar próprio, o uso de novos materiais didáticos, de uma nova metodologia de ensino, mobiliário escolar adequado, entre outros aspectos que marcavam os grupos. A essas características acrescentam-se as orientações dos preceitos de Higiene.

Sob essa ótica surgem alguns questionamentos sobre a implantação dos grupos escolares que são: Quais os fatores que constituíam esse novo modelo de escola primária e em que consistiam? Qual a necessidade da edificação de um prédio escolar próprio? E por último quais as orientações higienistas feitas quanto à construção do prédio escolar e do ambiente escolar como um todo?

Para responder aos questionamentos feitos anteriormente, este trabalho recorre em termos metodológicos a pesquisa bibliográfica sobre História da educação e, especialmente, aos grupos escolares. Também faz uma análise a partir

de perspectiva teórico-metodológica da História. Assim, foram mapeadas diferentes fontes de pesquisa tendo em vista a análise de diferentes aspectos relativos a implantação, bem como, o cotidiano dos grupos escolares, nos quais foram evidenciadas ações de caráter higienistas. São exemplos de fontes: mensagens de governadores e legislação do período.

O novo modelo de escola denominado de Grupo Escolar foi implantando, inicialmente, no Estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Segundo Souza (1998, p. 16), “[...], os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época”. Para trabalhar nos grupos escolares como professor, era preciso uma formação cuidadosa, a fim de que o profissional dominasse novos métodos de ensino, incorporando a percepção sobre um novo modelo educacional. Nesse sentido, de acordo com Souza (1998, p. 16),

[...]eles necessitaram da produção de um novo profissional, isto é, professores com o domínio dos novos métodos de ensino. A construção de um saber e de um saber-fazer docente foi configurada a partir da imposição de modelos educacionais pelo Estado, pela fragmentação do trabalho pedagógico (a cada professor uma classe, a cada horário uma matéria) e pela redistribuição do poder no interior da escola.

A formação dos professores nesse momento, passagem do século XIX para o XX, era uma das preocupações tendo em vista que esses profissionais em sua maioria eram pessoas leigas que possuíam poucos professores habilitados para o exercício do magistério. Portanto, era necessária a criação de Escolas Normais com o objetivo de formar professores que pudessem atender às exigências da escola primária, segundo Azevedo (2009). De acordo com autora, em Sergipe, particularmente, as mulheres passaram a ser presença marcante nas escolas normais por ser uma profissão aceita que fosse desempenhada por mulheres que normalmente era moças de classe média que buscavam ter uma profissão, um emprego, interessada por reconhecimento social e aceitavam os baixos salários.

No caso do Rio Grande do Norte, em Mensagem à Assembleia Legislativa, o Presidente Antônio José de Melo relatava que era quase inexistente a presença de professores capazes, sendo preciso buscar em outros estados onde eram numerosos os moços diplomados, com habilidades suficientes para o exercício do

magistério, enquanto, restabeleciam a Escola Normal para a formação de professores primários (RN. Mensagem, 1907). Diante dessa necessidade de formação de novos mestres a Escola Normal passou a funcionar em 1908 com 67 estudantes de ambos os sexos possibilitando em um ano a formação de profissionais para substituir os diretores e mestres contratados de outros estados (RN. Mensagem, 1908).

Após serem implantados em São Paulo, os grupos escolares se expandiram, para as demais capitais do país tornando-se uma política dos estados. Esse novo modelo de escola pública introduziu inovações no ensino primário que possibilitou a criação de uma cultura organização administrativa, pedagógica e didática da escola (AZEVEDO, 2009).

Os grupos escolares correspondiam a uma modalidade escolar que possuía métodos inovadores, avançados, modernos para o ensino primário que se contrapunham aos métodos ultrapassados utilizados pelas escolas de primeiras letras do período imperial. Portanto, essa escola republicana tinha como objetivo primordial agrupar em um só prédio e sob uma única direção todas as escolas isoladas de uma determinada localidade de acordo com o crescimento da população escolar. De acordo com Azevedo e Stamatto (2012), de modo geral, as primeiras escolas a serem agrupadas eram as da capital e depois as das sedes dos municípios do interior que demonstravam um crescimento econômico, político e populacional significativo e por isso exigiam do Estado investimentos para a construção de grupo escolar. Enquanto, as localidades que não demonstravam nenhum crescimento da população em idade escolar continuavam existindo e funcionando as escolas isoladas ou multisseriadas. Mas, poderiam ainda, como ocorreu no Rio Grande do Norte, serem criados por determinação ampla da ação governamental. Pela reforma que instituiu os grupos escolares, determinou-se que deveria ser criados pelo menos um grupo escolar em cada sede de comarca.

Azevedo (2009), ao analisar a implantação dos grupos escolares em Sergipe, mostra-nos que os grupos escolares, nesse momento, vão corresponder a um novo modelo escolar implantado na transição do século XIX para o século XX no Brasil e que objetivava reunir em um só prédio as escolas isoladas de uma determinada localidade, marcando o surgimento de uma nova organização administrativa, pedagógica e metodológica para a escola. Também propondo modificações e

inovações que pretendiam contribuir para a República por meio da divulgação de seus ideários, sobretudo, de modernidade.

Pinheiro (2002, p. 178), por sua vez, ao analisar os grupos escolares na Paraíba, afirma que:

Pode-se salientar, ainda no âmbito das questões pedagógicas, que, a partir da implantação dos grupos escolares, a graduação do ensino primário em séries foi mais sistematicamente efetivada. Foram estabelecidas classificações, com o objetivo de tornar as “classes” igualitárias e homogêneas, considerando-se a idade dos alunos e seu nível de domínio dos conteúdos. (2002, p.178)

Em 1907, o governo do Rio Grande do Norte era autorizado pela lei nº 249, de 22 de novembro, a reformar a instrução pública do Estado. Em 5 de março de 1908 (Decreto nº 174), criava-se no bairro da Ribeira o primeiro grupo escolar norte-rio-grandense – Grupo Escolar Augusto Severo. Também era restabelecida a Diretoria Geral da Instrução Pública (extinta em 1905), criada novamente a Escola Normal e escolas mistas e instituídos os grupos pelo Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Estipulava o estabelecimento de pelo menos um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado (AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p.40-41).

Azevedo e Stamatto (2012) mostram-nos que, em cinco anos, foram criados 24 grupos no estado do Rio Grande do Norte, nem sempre com prédio próprio. O primeiro grupo escolar que contou com a construção de um imóvel para suas instalações foi o Grupo Escolar Augusto Severo, localizado em um lugar nobre de Natal, entre o primeiro prédio da Escola Doméstica e o Teatro Alberto Maranhão, apresentando as seguintes características: “se enquadra ao estilo eclético da arquitetura francesa, dos finais do século 19 e início do século 20, possui elementos de Art Nouveau e tem elementos justapostos às características neoclássicas e do rococó”. (Moreira, 2005 *apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 41).

Apesar da construção de 24 grupos escolares, Azevedo e Stamatto (2012) relatam que o número de instituições de ensino primário consideradas o melhor tipo de ensino ainda eram inferior aos números das escolas isoladas que funcionavam no Estado Rio Grande do Norte, tendo em vista, que as escolas isoladas atendiam as localidades e municípios que o a quantidade da população não demandava ainda a criação de um grupo escolar.

Essa nova modalidade de escola pública exigia uma edificação própria para sua instalação e funcionamento, inaugurando, dessa maneira, buscava materializar a escola como uma instituição democrática da sociedade. Essa construção tinha sua planta contratada a arquitetos e engenheiros que teorizavam que esses prédios deveriam ser construídos em áreas planas e de preferência em área central nas proximidades dos principais prédios das cidades que eram a prefeitura, a câmara dos vereadores, a igreja e a praça. Logo, afastada das regiões periféricas, pois era um monumento arquitetônico que fazia parte dos principais imóveis do município que deveria ser olhado e prestigiado pela sua população em períodos de festividades e cerimônias, ao mesmo tempo transparecer elegância, modernidade, progresso, ascensão, enfim, ideários que rondavam no período republicano (AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

A edificação própria era uma maneira de materializar a escola na cidade, pois antes da construção de um espaço físico para a escola a mesma funcionava na casa do mestre-escola e mudava-se ou morria junto com o professor que carregava a escola consigo. A partir da construção do espaço físico o professor passou a ser um integrante da escola que poderia deixar a instituição escolar quando quisesse ou fosse preciso, mas o prédio continuava no mesmo local, conforme Azevedo e Stamatto (2012, p. 52).

No estado de Sergipe, segundo Azevedo (2009), os prédios eram organizados e divididos em diferentes espaços como: sala de professores, salas de aulas, laboratórios, pátios, banheiros, entre outros. Seguiam-se os princípios pedagógicos e higienistas que possibilitavam através dessa divisão espacial ensinar normas e regras de comportamento, hierarquização e controlar de maneira precisa o funcionamento da instituição de ensino. Essa arquitetura planejada, segundo a autora, exercia uma função disciplinar implícita condicionando comportamentos e espacializando ordem, por exemplo, a sala dos professores um espaço de domínio desses profissionais e ainda facilitava o controle da dispersão dos alunos nas escolas, uma vez que as salas tinham as portas voltadas para o pátio possibilitando observar tudo o que acontecia na escola, logo, os alunos eram vigiados em todo horário, desde que entravam na escola até no recreio e o desrespeito aos preceptores ocasionava na suspensão e dependendo da gravidade da desobediência até mesmo na expulsão da instituição.

Os grupos escolares incorporaram o método intuitivo que se baseava nas ideias da Escola Nova que consistia no ensino a partir do conhecimento prévio dos alunos, por meio de exemplos do cotidiano para ensinar os conteúdos, uma vez que o ensino e a aprendizagem fundamentavam-se em não mais o professor repassar todo o conhecimento e os alunos apenas receber informações e armazená-las. A partir de então, os alunos eram instruídos a pensar sobre os assuntos ministrados e o professor passava a ser um mediador desse conhecimento orientando a formação das ideias e opiniões dos alunos. Para a boa aplicação desse método era preciso vários recursos didáticos como o quadro-negro, mapas, livros, canetas, mobília, entre outros que possibilitassem um eficiente processo de escolarização (AZEVEDO, 2009).

Em relação à prática do método intuitivo no Rio Grande do Norte, em 1924, o diretor do Departamento de Educação, Nestor dos Santos Lima, reclamava da falta de materiais em parte dos grupos. O diretor afirmava serem raros os grupos escolares que possuíam o material pedagógico necessário para a concretização das lições e, conseqüentemente, da educação dos sentidos e da inteligência. A falta dos recursos para o ensino tornava abstrata a aprendizagem, caracterizando uma organização escolar antiga. Diferente, portanto, daquela pautada pelo método de ensino intuitivo (*apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 58).

O cotidiano escolar dos grupos de diferentes estados do País era marcado por uma série de eventos com exposição de trabalhos, festas, visitas, hinos, recepção de certificados, nos quais poderiam ser premiados alunos ou turmas com elogios, com assento especial, com a inclusão do nome em um quadro determinado de honra. Souza (1998) e Azevedo (2009) mostram-nos isso ao analisarem os grupos escolares em São Paulo e em Sergipe, respectivamente. Tudo isso era uma forma de reconhecimento do desempenho do aluno durante as aulas e todo ano letivo funcionado como uma maneira disciplinar de elevar os que destacavam e despertar nos demais um empenho maior para alcançar bons resultados.

Nos grupos também era frequente a realização de solenidades e comemorações de datas cívicas, que às vezes contavam, inclusive, com o pronunciamento das autoridades do Estado, que aproveitavam o momento para fazerem referência a fatos e personagens históricos da República. Essas práticas das escolas possibilitavam exaltar e interiorizar nas crianças os valores republicanos

de amor à pátria, à bandeira e aos heróis brasileiros (SOUZA, 1998; AZEVEDO, 2009).

No Rio Grande do Norte, eventos como esses também foram registrados. Rocha Neto, citado em obra de Azevedo e Stamatto (2012), mostra que as festas contavam com diferentes pessoas da comunidade, o ano letivo era encerrado com eventos recreativos, cívicos e esportivos, como foi o caso registrado no livro de eventos de 1930, do Grupo Escolar Senador Guerra, em Caicó-RN:

No encerramento, ouviu-se pela amplificadora uma brilhante oração cívica do professor Tobias dos Santos. Em seguida, o Centro Regional de Escoteiros realizou várias evoluções, provas escoteiras, uma pirâmide, jogo de indução e o cabo de guerra. Ouviram-se palmas e vivas dos alunos e do povo em geral. Constatou-se na mesma uma partida de voleibol entre equipes femininas do Grêmio Lútero-Esportivo Escolar Sociedade Desportiva deste educandário (ROCHA NETO, 2005, 159 *apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 87).

Em anos anteriores, problemas existiram nos grupos escolares do Rio Grande do Norte. Em 1909, o Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução Pública do estado, ao se referir ao ensino primário, declarava que Natal possuía uma população infantil considerável, mas que apenas duzentas crianças recebiam escolarização e que a instrução era feita por métodos antigos e que, com pequenas exceções, os prédios careciam de condições de higiene e de mobiliário próprio. Os alunos aglomeravam-se em alas estreitas, sem alas para recreio e latrinas sanitárias. A necessidade de movimentos físicos das crianças não recebia atendimento. Segundo o Diretor, nem se cogitava a Educação Física, pois até mesmo se proibiam os livres jogos recreativos, importantes ao crescimento da criança (RN. Relatório, 15/10/1909). Diante desse quadro, torna-se importante verificarmos como preceitos de Higiene influenciaram a organização dos grupos escolares implantados no estado a partir de 1908.

2. HIGIENE E O PRÉDIO ESCOLAR

O início do século XX no Brasil foi marcado por profundas mudanças no âmbito político, econômico, social e cultural decorrentes à implantação da República. Esse momento encontrava-se impulsionado por uma expansão econômica maior, fazia-se necessário civilizar a sociedade elevando o país a um projeto moderno

inspirado nos países europeus e nos Estados Unidos que possibilitaria ao Brasil se afastar dos resquícios do período Imperial e Colonial (HERSCHAMANN e PEREIRA, 1994).

Associados ao ideário de modernização, os conhecimentos científicos do campo das ciências médicas, no campo da educação e da engenharia irão constituir a base de formação da identidade nacional do país. Nessa perspectiva as noções de “moderno” e “modernização” se firmam com a ideia de progresso, caracterizados a partir dos discursos intelectuais e pelos projetos de intervenção junto à sociedade. Assim, a modernidade exigiria um quadro institucional possível para a transformação da realidade do País, a partir dos campos da saúde, da educação e da engenharia (VIVEIROS, 2011).

Sobre a ideia de modernidade temos a teorização do historiador Jacques Le Goff, citada por Viveiros (2011), que define que “a ideia de modernidade surge quando há um sentimento de ruptura com o passado” e, nesse sentido, podemos dizer, de acordo com a autora, que a modernidade é um conjunto amplo de modificações na estrutura da sociedade, a partir da instituição de novos padrões de valores e, conseqüentemente, da aquisição de novos comportamentos.

Nesse período, os preceitos de medicina passavam a ser vistos como práticas higienistas. Na passagem do século XIX para o XX, os médicos, ao afirmarem que a medicina era propiciadora da saúde dos cidadãos, procuravam demonstrar que ela poderia contribuir para o progresso do país. A higiene, ao atender para a observação, a descrição e a proposição acerca de problemas sociais, incluindo-se aí a questão da educação escolar, era compreendida como medicina do social, como bem afirma Viveiros (2011).

Em 1910, o Diretor da Instrução no Rio Grande do Norte, Francisco Pinto de Abreu, declarava que a instrução primária prosseguia em marcha lenta, mas segura (RN. Relatório, 01/10/1910). Segundo o Diretor, a escassez de recursos orçamentários não permitia a construção de prédios com arquitetura primorosa, mas não se desprezavam as condições elementares de conforto e higiene. Entre os novos grupos, destacavam-se em sua opinião, os prédios dos grupos de Acari, Canguaretama, Goianinha e Pau dos Ferros, os quais reuniam a comodidade à elegância. Os demais eram, em geral, adaptações de prédios que ofereciam apenas segurança do ponto de vista pedagógico.

Se a apresentação majestosa da arquitetura dos grupos escolares norte-riograndenses não era algo frequente, a atenção à Higiene no prédio era condição para seu funcionamento. Ao menos era isso que se exigia logo no decreto de criação dos grupos em 1910. Os decretos, mais precisamente o conteúdo dos artigos 3º e 7º declarava: “Art.3º-Incubem o governo de município todas as despesas referentes à conservação e asseio do prédio, bem como aquisição e renovação de utensílios; Art. 7º- Será suprimido o grupo, quando não preencher as condições de conforto e higiene por incuria da municipalidade²”. Essa exigência contudo, não mais aparece nos decretos de criação de grupos em 1911³. Passa apenas a informar o ato de criação dos grupos. Isso talvez se deva ao fato de que em 1911 ter sido publicado o Código de Ensino e neste constar orientações mais detalhadas para todas as instituições escolares do Rio Grande do Norte. O Código tinha 176 artigos. Era, por isso, um longo documento. Foi publicado conforme Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911.

Azevedo (2010) discute sobre a arquitetura dos grupos escolares e mostra a preocupação das autoridades do ensino em relação à manutenção e conservação dos prédios de acordo com preceitos de higiene assim como com a própria construção de tais instituições de ensino. Buscava-se o reordenamento e racionalização das práticas escolares. Segundo a autora,

² Decreto nº 180, de 15 de novembro de 1908 – cria na cidade de Mossoró um Grupo Escolar denominado “Trinta de Setembro”; Decreto nº 189, de 16 de fevereiro de 1909 – cria na cidade de Caicó um Grupo Escolar denominado “Senador Guerra”; Decreto nº 193, de 13 de março de 1909 – cria na cidade do Acari um Grupo Escolar denominado “Thomas de Araújo”; Decreto nº 194, de 15 de março de 1909 – cria na Vila de Caraúbas um Grupo Escolar denominado “Antônio Carlos”; Decreto nº 196, de 21 de abril de 1909 – cria o Grupo Escolar “Almino Afonso”, na cidade de Martins; Decreto nº 202, de 2 de julho de 1909 - cria o Grupo Escolar “Coronel Maris”, na Vila de Serra Negra; Decreto nº 204, de 12 de agosto de 1909 - cria o Grupo Escolar “Barão de Mipibu”, na cidade de São José de Mipibu; Decreto nº 220, de 7 de maio de 1910 - cria o Grupo Escolar “Moreira Brandão”, em Goianinha; Decreto nº 224, de 8 de julho de 1910 - cria um Grupo Escolar “Fabrício Maranhão”, na Vila de Pedro Velho; Decreto nº 225, de 8 de julho de 1910 - cria um Grupo Escolar denominado “Antônio de Azevedo”, na cidade de Jardim do Seridó; Decreto nº 226, de 8 de julho de 1910 - cria um Grupo Escolar denominado “Nísia Floresta”, na Vila de Papari; Decreto nº 234, de 10 de novembro de 1910 - cria um Grupo Escolar na Vila de Pau dos Ferros, denominado “Joaquim Correa”.

³ Decreto nº 243, de 4 de março de 1911 – é criado na Vila de Ares um Grupo escolar denominado “Jacumaúma”; Decreto nº 254, de 11 de agosto de 1911 – cria na cidade do Assu um Grupo Escolar denominado “Tenente Coronel José Correia”; Decreto nº 255, de 19 de outubro de 1911 – cria na cidade de Macaíba um Grupo Escolar denominado “Auta de Souza”; Decreto nº 256, de 25 de novembro de 1911 – cria na Vila de Currais Novos um Grupo Escolar denominado “Capitão-mor Galvão”; Decreto nº 257, de 25 de novembro de 1911 – cria na cidade Apodi um Grupo Escolar, denominado “Ferreira Pinto”.

[...] não apenas a arquitetura do edifício escolar era alvo de atenção, a própria localização do prédio passava pelo crivo da administração pública. Além de ser mais um aspecto a ser observado quanto à institucionalização dos grupos escolares do ponto de vista pedagógico, a localização da instituição integrava-se ao movimento urbanístico das cidades contribuindo ainda mais para o sucesso da nova modalidade de ensino, podendo ser considerada como parte da organização curricular. Arquitetura, modernismo e educação resultaram no final do século XIX na busca pela centralidade das instituições escolares na definição do espaço urbano. (AZEVEDO, 2010, p. 126).

Os grupos escolares no interior do Estado do Rio Grande do Norte possuíam uma estrutura física mais simples com poucos detalhes arquitetônicos, porém, seguiam a risca os preceitos higiênicos e pedagógicos em suas construções e no desempenho de suas atividades cotidianas. Também Heloísa Rocha (2003) discorre sobre as práticas higienistas que faziam parte do modelo de educação sanitária na ampla campanha de regeneração física, intelectual e moral lançada pelo Instituto de Higiene de São Paulo destacando as propostas para escola primária como um instrumento de disciplinamento das crianças orientado a partir dos preceitos higiênicos.

Na legislação também foram observados itens voltados para a higiene, como podemos observar no Código de Ensino de 1913, do Rio Grande do Norte:

Art.º42- Os edifícios das escolas serão situados em terreno elevado e seco, isolados de outros prédios, afastados dos centros de grande atividade industrial, de pântanos e de lugares suspeitos.

Art.º43- Os prédios elegantes, modestos, em arejados e iluminados pelo sol, terão salas de aulas para quarenta alunos, no máximo, sob forma retangular, medindo pelo menos, seis metros de largura por sete de comprimento, com um pé direito de quatro metros, ou seja, cinco metros cúbicos de ar para cada aluno. (*Apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 64).

Em 1916, o Código de Ensino do Rio Grande do Norte, em seu artigo 13, regulamentava minuciosamente a construção dos prédios escolares, que “além dos preceitos comuns de higiene e de conforto”, precisavam também observar as seguintes regras:

- I. Todas as salas de aula terão a forma retangular e capacidade para quarenta alunos, no máximo, medindo, pelos menos, sete metros de comprimento por seis de largura, com um pé direito de quatro metros.
- II. Haverá no edifício as aberturas necessárias para que as classes de alunos recebam a luz e o ar de maneira mais higiênica.
- III. Os edifícios serão pintados a cores neutras, de preferência o azul ou verde-claro.

- IV. Cada sala de aula terá como dependência um vestiário guarnecido e cabides, para os alunos.
- V. Haverá em cada edifício compartimentos para a diretoria e o arquivo, e uma área descoberta e murada para o recreio, com divisão para cada sexo.
- VI. Na falta de esgoto público, as latrinas constarão de uma fossa asséptica ou reservatório ou fossas ordinárias, com paredes impenetráveis aos líquidos, de modo a se poder fazer frequentemente a desinfecção e o esvaziamento das fossas. (*Apud AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 65*).

Podemos demonstrar que os itens da legislação que regulavam as construções dos grupos escolares eram seguidos pelos engenheiros e arquitetos que construíam as plantas. As obras eram fiscalizadas pelo Diretor Geral da Instrução Pública que, em visita ao prédio terminado para a inauguração de um grupo, em seu relatório, fazia anotações se a obra estava de acordo com os preceitos da higiene e da pedagogia.

No Rio Grande do Norte, o serviço de inspeção higiênica escolar também foi instalado e funcionou regularmente. Foram constantes, nos relatórios dos inspetores, solicitações para o atendimento das recomendações dos higienistas, com registro de promessas por parte dos governantes para o cumprimento das medidas: “dentro das verbas orçamentárias, que forem votadas, atender- tanto quanto possível- ao justo reclamo” (RN. Mensagem, 1917, p. 10). Quanto à inspeção escolar, Nestor Lima, em 1924, afirmava que “vai sendo feita com a possível regularidade e acentuados proveitos” (LIMA, 1924, p.14).

No Rio Grande do Norte, de acordo com o Código de Ensino de 1916, em seu artigo 204 a inspeção médico-sanitária deveria ser feita pela Inspetoria de Higiene do Estado e seus delegados, tanto para instituições da capital como as localizadas no interior, ficando o seu encargo a verificação da vacinação e da revacinação do pessoal das escolas bem como “a profilaxia das moléstias transmissíveis” e o “exame individual dos docentes, alunos e empregados” (*Apud AZEVEDO e STAMATTO, 2012*).

A questão dos preceitos higienistas, no início do século XX, via estar presente nos discursos pedagógicos adotados em vários estados brasileiros no que se refere a práticas escolares, a exemplo da escrita. Em Sergipe, em 1912 conforme o programa para o ensino primário, deveria ser ministrado o ensino da letra inclinada e também vertical, segundo a habilidade do aluno, segundo Azevedo (2009). Contudo, no Programa de ensino de 1915, a orientação seguia modificada, exigindo-se o trabalho apenas com a escrita do tipo vertical, segundo a autora. Esta evitaria

posturas incorretas dos alunos ao escrever, evitando futuras deformações no corpo. Nesse momento, a ardósia passava a ser substituída pelo caderno de caligrafia impresso. Acerca da escrita, da seguinte forma prescreviam Peixoto e Couto:

A caligrafia deve ser reta ou direta, sobre o papel direito, e o corpo direito. Assim, repousando igualmente sobre os dois ischions[sic], sem curvatura do dorso, sem levantamento da espádua, apenas a mão e o antebraço direitos se deslocarão no decorrer da escrita. A escrita inclinada é uma causa de posições viciosas, muito comuns infelizmente, mas que se deveriam evitar. (*Apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

A caligrafia inclinada, utilizada durante o século XIX, apesar de ser avaliada como bonita, era criticada por ser considerada causadora de problemas de saúde. O corpo inclinado, se apoiando de um só lado sobre o cotovelo esquerdo, causaria desequilíbrio nos ombros e conseqüentemente na coluna vertebral da criança. Em decorrência disso, inclinava-se o rosto para a esquerda diminuindo o alcance da visão e a sua correta acomodação, contribuindo para o desenvolvimento de miopia e escoliose. De acordo com os preceitos da higiene, a escrita vertical evitaria tais transtornos (AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

As prescrições higienistas caminhavam, dessa forma, para habilitar o povo para o novo país que se construía o Brasil republicano e moderno. O cultivo da higiene, como bem lembra Boto,

Tornava-se necessário no sentido de mudar hábitos, reservando-se para a escola o lugar no qual se adquiria uma passagem para o mundo civilizado, ou melhor, nesse caso, a escola funcionaria como agência que, pelo seu próprio caráter, transformaria em cidadãos os cidadãos os projetos de gente materializados na infância (*Apud*, AZEVEDO, 2009).

Havia, portanto, uma estreita relação entre as medidas higienistas e a construção dos grupos escolares. “A questão da higiene, aproximada do fazer pedagógico, vai influir na elaboração da necessidade de um espaço próprio para a escola”. A determinação de construir escolas relacionava-se às condições físicas do lugar de implantação.

3. CONCLUSÃO

Esse trabalho contribuirá para aumentar as discussões na área de História da educação. Realizamos uma pesquisa documental e cada momento nos deparamos

com o descobrimento de novas fontes que nos proporcionam refletir mais acerca do tema. Logo, abaixo fazemos algumas considerações sobre o assunto, a partir da realização das nossas investigações e estudos.

Nas primeiras décadas do século XIX, decorrentes a implantação da República surgiu uma nova modalidade escolar denominada de grupos escolares que surgiram primeiramente no Estado de São Paulo e, posteriormente, foram difundidas para os demais Estados do País. Essa nova modalidade de escola pública republicana era tida como um dos fatores essenciais para a instrução da população brasileira.

Nesse momento o Estado Brasileiro passava por mudanças no âmbito político, econômico, social e cultura que procuravam romper com o atraso herdado do período colonial e imperial. Portanto, um grupo de intelectuais formados por educadores, médicos e engenheiros em discussões decidiram que o Brasil deveria ingressar urgentemente em um processo modernizador nos modos do que já vinha acontecendo nos países europeus e nos Estados Unidos.

Os grupos escolares foram instituições que ocuparam um espaço próprio no seio da sociedade e objetivam instruir um grande número de alunos possibilitando que a cada dia um grande número de estudantes mantivessem contato com uma nova metodologia fundamentada na pedagogia moderna com a utilização do método intuitivo, do ensino mútuo, de matérias didáticas, mobiliários, conteúdos, professores diplomados orientados a partir dos preceitos higiênico-pedagógicos.

E o espaço escolar adotou medidas higienistas que influenciavam os grupos desde a construção da estrutura física dos prédios e ao mobiliário, observando e orientando quanto ao cumprimento, largura, altura, ventilação, iluminação, bem como da escrita vertical, da prática de exercícios físicos, que buscava atender à necessidade da formação de uma população forte, saudável e higienizada.

As práticas higienistas trabalhadas nos Grupos Escolares partiam desde a construção do prédio, onde eram escolhidos o local elevado, ventilado; a disposição do mobiliário, a utilização dos materiais didáticos e o incentivo à prática de exercícios físicos, uma alimentação saudável, ou seja, a escolha de hábitos saudáveis.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Higienismo em Sergipe nas primeiras décadas da República. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. **Anais** - V Congresso Brasileiro de História da Educação, v. 1. p. 1-14.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911 – 1930):** cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal-RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009.

AZEVEDO, Crislane B. Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros Tempos**, v. 7, p. 119-142, 2010.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da ordem e do progresso:** Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília: Liber Livro, 2012.

PINHEIRO, Antonio C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998. (Prismas).

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. Instituições, modernidade, infância pobre e eugenia no Maranhão (Brasil) nas primeiras décadas do século 20. In: PAIVA, Marlúcia; VIVEIROS, Kilza; MEDEIROS NETA, Olívia. **Infância, escolarização e higiene no Brasil.** Brasília: Liber Livro, 2011.

MENSAGENS

RN. **Mensagens** apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte pelo Presidente do Estado. Natal: [Anos: 1907-1930].

RELATÓRIOS

RN. Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução Pública. Natal, 15/10/1909, 18 fls. (manuscrito). [Documento presente no DVD: Fontes para o estudo da história primária no Brasil (1889-1930), organizado por Rosa Fátima de Souza].

RN. Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução pública. Natal, 01/10/1909, 20 fls. (manuscrito). [Documento presente no DVD: Fontes para o estudo da história primária no Brasil (1889-1930), organizado por Rosa Fátima de Souza].

LIMA, Nestor. **Relatório** do Dr. Nestor Lima ao governo do Estado como diretor do Departamento de Educação, 1924.

LEIS E DECRETOS

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 180**, de 15 de novembro de 1908. Cria na cidade de Mossoró um Grupo Escolar denominado “Trinta de Setembro”. In: **Actos Legislativos e Decretos do governo** (1908). Natal: Typographia D’ A República, 1909. P 51-52.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 189**, de 16 de fevereiro de 1909. Cria na cidade do Caicó um Grupo Escolar denominado “Senador Guerra”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1909). Natal: Typographia d’ A República, 1910, p. 43-44.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 193**, de 13 de março de 1909. Cria na cidade de Acari um Grupo Escolar denominado “Thomaz de Araújo”. In: **Actos Legislativos e Decretos do governo** (1909). Natal: Typographia d’ A República, 1910, p64-65.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 194**, de 15 de março de 1909. Cria na Vila de Caraúbas um Grupo Escolar denominado “Antônio Carlos”. In: **Actos legislativos e Decretos do governo** (1909). Natal: Typographia d’ A República, 1910. P. 64-65.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 196**, de 21 de abril de 1909. Cria o Grupo Escolar “Almino Afonso”, na cidade de Martins. In: **Actos Legislativos e Decretos do governo** (1909). Natal: Typographia d’ A República, 1910, p.70-71.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 202**, de 2 de julho de 1909. Cria o Grupo Escolar “Coronel Mariz”, na vila de Serra Negra. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1909). Natal: Typographia, 1910, p 79-80.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 204**, de 12 de agosto de 1909. Cria o Grupo Escolar “Barão de Mipibu”, na cidade de São José de Mipibú. In: **Actos e legislativos e Decretos do Governo** (1909). Natal: Typographia d’ A República, 1910, p. 83-84.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto 261**, de 28 de dezembro de 1911. Cria p Código de Ensino. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1911). Natal: Typographia d’ A República, 1912, p. 90-116.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 220**, de 7 de maio de 1910. Cria o Grupo Escolar “Moreira Brandão”, em Goianinha. In: **Actos legislativos e Decretos do Governo** (1910). Natal: Typographia d’ A República, 1911, p. 71-72.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 224**, de 8 de julho de 1910. Cria um Grupo Escolar denominado “Fabrício Maranhão” na vila de Pedro velho. In: **Actos legislativos e decretos do Governo** (1910). Natal: Typographia d’ A República, 1911. P. 76-77.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 225**, de 8 de julho de 1910. Cria um Grupo Escolar denominado “Antônio de Azevedo”, na cidade de Jardim do Seridó. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1910). Natal: Typographia d’ A República, 1911, p. 78-79.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 243**, de 4 de março de 1911. É criado na Vila de Ares um Grupo Escolar denominado “Jacumaúma”. In: **Actos Legislativos e Decretos do governo** (1911), Natal: Typographia d’ A República, 1912, p.59.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 254**, de 11 de agosto de 1911. Cria na cidade do Assú um Grupo Escolar denominado “Tenente Coronel José Correia”. In: **Actos Legislativos e decretos do Governo** (1911), Natal: Typographia d’ A República, 1912, p.83.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei de nº 255**, de 19 de outubro de 1911. Cria na cidade de Macaíba um Grupo Escolar denominado “Auta de Souza”. In: **Actos Legislativos e decretos do governo** (1911), Natal: Typographia d’ República, 1912, p.84.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 256**, de 25 de novembro de 1911. In: **Actos Legislativos e Decretos de** (1911). In: Natal: Typographia d’ A República, 1912, p.85.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 257**, de 25 de novembro de (1911). In: **Actos e Legislativos do Governo de** (1911), Natal: Typographia d’ A República, 1912, p. 86.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Regimento do grupo Escolar “Augusto Severo”**. Natal: Typographia d’ A República, 1909, p. 83-99.

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno do Grupo Escolar “Trinta de Setembro”**, 1909. Mossoró: Typ. do Commercio, 1909)